

DIMENSÕES DA ESPACIALIZAÇÃO DAS TROCAS – A PROPÓSITO DE MESITEROS E SACOLEIROS EM CIUDAD DEL ESTE¹

Fernando Rabossi

RESUMO: O presente artigo analisa a relação entre regras, espaços e intercâmbios tomando como objeto o comércio desenvolvido em Ciudad del Este (Paraguai). Partindo do comércio de rua realizado na cidade, analiso as práticas de produção do espaço de vendas e as condições que possibilitaram vender na rua. Introduzindo outras formas de venda surgidas na cidade orientadas à presença massiva de compradores brasileiros, a análise destes últimos nos coloca frente ao mesmo tipo de relação entre regras e práticas que tinha aparecido no caso dos vendedores de rua. Relação que coloca em tensão as definições legais e a possibilidade dos negócios.

PALAVRAS-CHAVE: Camelôs – sacoleiros - regulamentação das trocas co-

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia no Fórum de Pesquisa *Cidades E Mercados: Novas formas de conflito na espacialização das práticas sociais e econômicas* (Olinda, PE, junho 2004) organizado por Marco Antonio da Silva Mello, Luis Roberto Cardoso de Oliveira e Wilma Marques Leitão. Agradeço os comentários e a discussão no fórum assim, como a leitura crítica e atenta de Daniela Fernández Medina e Marcelo Abreu. Agradeço também a revisão do texto feita pela profª Conceição Licurgo Soares.

Camelôs no Brasil, pherivalas na Índia, vendedores e toreros no México. Dada sua visibilidade cada vez maior, a lista dos nomes com os quais os vendedores de rua são conhecidos ao redor do mundo é cada vez mais fácil de ser composta. Eles têm passado a ocupar um lugar destacado na mídia, nas agendas políticas urbanas e nos trabalhos acadêmicos. A agudização dos conflitos com policiais, fiscais municipais e

demais funcionários públicos -por vezes, verdadeiras batalhas urbanas-, tem colocado eles e elas nesse lugar de destaque.²

Quando falamos de vendas na rua falamos, de fato, de uma atividade e de um lugar. Isto é, de trocas -intercâmbios visando uma ganância- realizadas no espaço público da cidade. Os conflitos são precisamente pelo uso desses espaços para a realização das trocas. O conceito de espacialização das trocas permite indagar, precisamente, a respeito das condições de realização e efetivação das trocas.

Colocado à luz dos conflitos pelo uso do espaço urbano, o conceito de espacialização das trocas remete-nos às articulações entre regras e práticas econômicas. O interesse do presente artigo é analisar essas articulações no caso do comércio desenvolvido pelos *mesiteros* –tal o nome como são conhecidos os vendedores de rua de rua no Paraguai- em Ciudad del Este. Localizada na fronteira com Brasil, as condições de espacialização das trocas em Ciudad del Este se tornam ainda mais complexas justamente pela presença do limite internacional. Pelo fato de ser um imenso mercado onde milhares de compradores brasileiros se abastecem de mercadorias –os chamados *sacoleiros*-, junto aos conflitos pelo uso do espaço urbano para a realização das vendas emergem também conflitos pela circulação entre espaços nacionais diferenciais para a realização das compras.

As práticas desenvolvidas por *mesiteros* e *sacoleiros* nos permitem reflexionar, desde uma perspectiva privilegiada, sobre as relações entre regras, espaços e intercâmbios na dinâmica econômica das sociedades contemporâneas.

Ciudad del Este: Mercado transnacional de fronteira

Ciudad del Este é a segunda cidade do Paraguai em termos demográficos e econômicos e, pelo menos até metade dos anos 90, foi uma das principais cidades comerciais da América Latina e –segundo alguns observadores- do mundo. Localizada na beira do rio Paraná onde se encontra o limite internacional que separa Paraguai e Brasil, Ciudad del Este é vizinha da cidade brasileira de Foz do Iguaçu com a qual se encontra ligada pela Ponte da Amizade. Por sua vez, Foz do Iguaçu se encontra separada da cidade argenti-

² Imaginemos, por exemplo, 3000 policiais do esquadrão anti-motim avançando no centro histórico da Cidade de México para remover os milhares de vendedores que desafiaram a ordem de desalojar o centro em agosto de 1995 (Cross, 1995). Mais próximo de nós, observemos simplesmente as escaramuças quotidianas entre os centos de guardas municipais e camelôs no centro de Rio de Janeiro numa guerra de posições que continua até hoje.

³ Após a visita de Vargas, uma série de eventos realizaram o estreitamento das relações entre ambos países. Nesse estreitamento foi fundamental a construção do corredor oceânico que forneceu ao Paraguai uma saída alternativa a sua mediterraneidade, anteriormente limitada à saída pelo rio Paraná sob controle argentino. Em 1955 a Comisión Mixta Paraguayo-Brasileña começou a construção da rodovia entre Coronel Oviedo (no centro de Paraguai) até as margens do rio Parana (à altura de Foz de Iguaçu). Além das facilidades portuárias outorgadas em Santos, em 1956 Paraguai ganhou facilidades no porto de Paranaguá. Em 1965 inaugurou-se a Ponte da Amizade (construído pelo governo brasileiro), unindo Puerto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu. Em 1969 o presidente brasileiro Costa e Silva e o paraguaio Stroessner inauguraram a rodovia BR-277 que une Foz de Iguaçu e Curitiba. A presença de Stroessner na inauguração de uma rodovia nacional brasileira é melhor compreendida nas palavras da declaração assinada por ambos presidente na qual se descreve a presença de ambos com as seguintes palavras, “reunidos no dia 27 de março de 1969, na cidade de Foz do Iguaçu, para a inauguração da ‘BR 277 - Rodovia do Atlântico’, que integra, através da Ponte da Amizade, a estrada Assunção-Paranaguá.” (Estado de São Paulo, 1969). Em 1994 foi chamada a licitação para a construção de uma segunda ponte sobre o rio Paraná entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Franco (uns quilômetros ao sul de Ciudad del Este). O projeto não foi aprovado no parlamento paraguaio, colocando o projeto em suspenso. O projeto da segunda ponte internacional tem voltado com força na agenda do atual governo brasileiro.

⁴ Ainda aqueles produtos produzidos por empresas transnacionais sediadas em ambos países.

na de Puerto Iguazú pelo rio Iguassu, as quais se conectam pela Ponte Tancredo Neves. Uns quilômetros ao leste de Foz / Puerto Iguazú encontram-se as Cataratas do Iguassu, importante atrativo turístico da região. Uns quilômetros ao norte de Ciudad del Este / Foz do Iguaçu encontra-se a hidroelétrica de Itaipu, a maior represa do mundo em termos de produção de energia hidroelétrica.

Fundada em 1957 numa região do Paraguai ocupada principalmente por grandes latifúndios e escassamente povoada, Ciudad del Este nasceu com o nome de Puerto Presidente Stroessner em homenagem ao presidente que tinha assumido três anos antes e que ficaria ainda por mais 32 anos no poder. Puerto Presidente Stroessner foi fundada para receber a rodovia que estava sendo construída pelos governos brasileiro e paraguaio e que ligaria a região central do país com a costa atlântica brasileira, rodovia que fazia parte de um plano mais amplo que havia começado a partir da visita de Getúlio Vargas ao Paraguai em 1941, quando uma série de acordos foram assinados; entre eles a cessão ao governo paraguaio de facilidades no porto de Santos.³

Com a inauguração da Ponte da Amizade em 1965 desenvolveram-se duas áreas comerciais nas proximidades da ponte. No lado brasileiro, surgiram várias lojas de produtos brasileiros que, aos poucos, começaram substituir os produtos argentinos do mercado interno paraguaio.⁴ Pioneiros nesse comércio foram muitos comerciantes de origem árabe, que junto a outros mascates e comerciantes já tinham levado a emergente produção

industrial brasileira aos diversos confins do interior paranaense.⁵ No lado paraguaio, a região próxima da ponte passou a concentrar o comércio de artigos importados e de artigos típicos do Paraguai. Com os altos impostos sobre produtos importados no Brasil e na Argentina, os artigos importados passaram a ser o atrativo comercial para brasileiros, argentinos e para os turistas de passeio pelas Cataratas do Iguazu.⁶

Junto às primeiras casas comerciais, apareceram os primeiros vendedores de rua e outras pessoas que começaram a ganhar a sua vida na infra-estrutura do movimento que começou a crescer desde então. Alguns comerciantes árabes instalados em Foz também abriram suas lojas em Puerto Presidente Stroessner, mudando um padrão presente em outras cidades de fronteira de América Latina nas quais 'diásporas comerciais' de terceiros países ocupam só um lado da fronteira – como no Chuí no Brasil (fronteira com Uruguai) ou Maicao na Colômbia (fronteira com Venezuela), por exemplo. Com o correr do tempo, outros recém chegados instalaram-se diretamente na cidade paraguaia e quando os conflitos no Oriente Médio acirraram-se (especialmente após o início da guerra no Líbano e da invasão israelense), o fluxo de imigrantes multiplicou-se, instalando-se nos dois lados da fronteira.

A construção da hidroelétrica de Itaipu (1974-1984) produziu uma profunda transformação demográfica e infra-estrutural, a qual veio a se juntar com as transformações em andamento na região (Quadro 1).⁷ O comércio continuou crescendo em ambos lados da ponte. No lado brasileiro, as numerosas importadoras transformaram Foz do Iguazu num dos mais importantes entrepostos de produtos brasileiros para exportação; comércio desenvolvido por comerciantes ára-

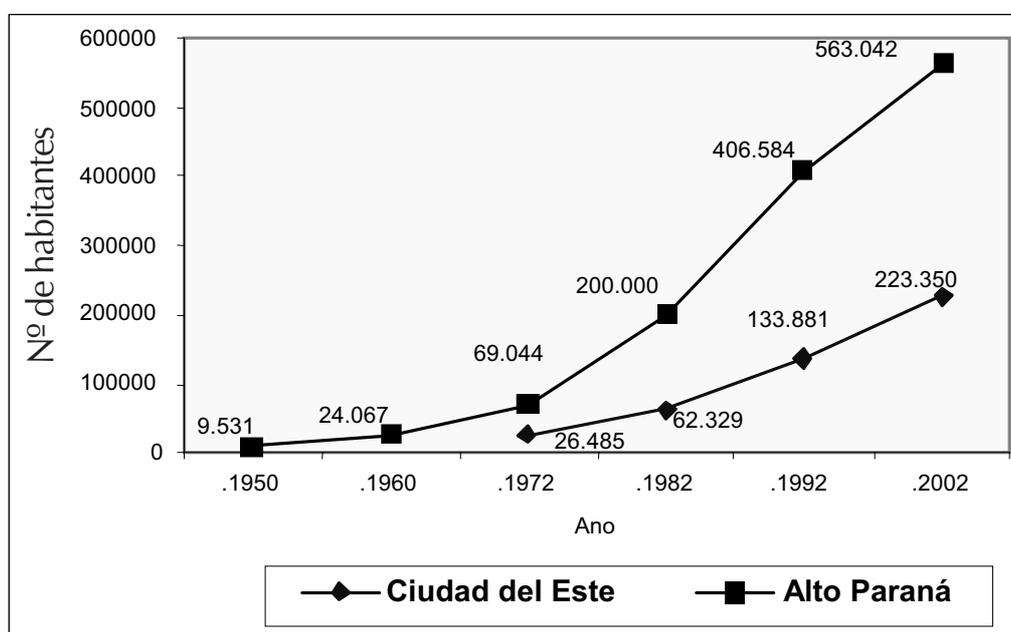
⁵ Migração composta principalmente por libaneses e sírios, em geral já estabelecidos no Brasil. A história e trajetórias destes primeiros migrantes árabes na região são muito parecidas àquelas descritas por Denisse Jardim para os migrantes árabes (principalmente palestinos) no Chuí, na fronteira com Uruguai (Jardim, 2000). Algumas notas sobre a história da comunidade árabe de Foz do Iguazu e Ciudad del Este foram desenvolvidas em Rabossi, 2003.

⁶ Decorrentes das políticas de industrialização baseadas na substituição de importações implementadas pelos governos de ambos países. No caso dos brasileiros, a proibição dos cassinos em território brasileiro fez do jogo um outro atrativo para chegar na cidade.

⁷ Vários fatores contribuíram para a profunda transformação que se vislumbra no quadro, os quais poderiam ser agrupados em três grandes dinâmicas: a expansão da fronteira agrícola no leste paraguaio, a construção de Itaipu e o desenvolvimento do comércio em Ciudad del Este. Dinâmicas nas quais o governo e diversos atores particulares brasileiros de todas as escalas sociais tiveram um papel fundamental e que também foram possibilitadas e potenciadas pelo entrecruzamento de diversos circuitos transnacionais. Internamente, a população que possibilitou esse desenvolvimento era principalmente de origem rural e do interior do Paraguai.

bes, brasileiros e também paraguaios.⁸ Junto às carretas que atravessavam a ponte, centenas de paraguaios -milhares depois- começaram a viver da introdução de mercadorias brasileiras no território paraguaio.⁹ No lado paraguaio a oferta de importados ampliou-se. Muitos representantes de firmas internacionais estabeleceram-se lá e com o passar do tempo, à variedade de artigos importados tradicionais veio somar-se a crescente produção asiática, particularmente chinesa.

Quadro 1 – Evolução da população do Departamento de Alto Paraná e sua capital, Ciudad del Este. Dados: DGEEC, 2003:63; exceto nos dados de 1950 e 1960 provenientes da DGEEC citados em Menezes, 1987:16.



⁸ Com uma oferta de produtos alimentícios, tecidos e, principalmente, produtos industrializados. Algumas casas de maquinaria agrícola se encontram na região, orientadas especialmente aos brasileiros instalados do outro lado da fronteira que trabalham na produção agropecuária, os chamados 'brasiguayos'. A maior parte dos brasileiros e descendentes mora na região leste do Paraguai onde se encontra Ciudad del Este. De acordo com cifras do governo brasileiro, uns 459.685 brasileiros morariam no Paraguai; enquanto as cifras do governo paraguaio apontam para a existência de 250.000 brasileiros. Para uma discussão detalhada das cifras e da complexidade social que se esconde por trás do nome genérico 'brasiguayo', Sprandel, 2000. A dissertação de mestrado de Marcia Sprandel apresenta um detalhado análise do processo de formação da categoria 'brasiguayo' enquanto matriz identitária utilizada em diversos contextos de mobilização política a ambos lados da fronteira (Sprandel, 1998). Sobre a expansão dos colonos e produtores brasileiros no Paraguai ver também Laino, [1977] Cap. III a VIII, Nickson, 1981; Menezes, 1987.

⁹ Para uma descrição da dinâmica comercial de Foz do Iguazu e sua relação com o comércio de Ciudad del Este ver Barakat, 1999. Sobre a economia de Foz do Iguazu, ver também Souza, 2000.

A redução dos impostos para importação de produtos no Brasil e na Argentina, a entrada em vigência do Mercosul (1994) e as diversas políticas cambiais implementadas pelos países da região reduziram as vantagens que gozavam tanto Ciudad del Este como Foz do Iguaçu, produzindo o progressivo decréscimo da atividade comercial na região. Somado a isso, a progressiva visualização da região como uma área crítica na segurança continental contribuiu para a decadência comercial da região motivo pelo qual muitos comerciantes da região emigraram para outras partes.¹⁰

Mesiteros

A imagem da moderna ordem urbana delineada no contorno dos altos edifícios de variadas formas e cores que produz a visão de Ciudad del Este quando se chega através da Ponte da Amizade, dissolve-se numa outra sensação quando se caminha entre suas ruas. Junto aos elevados prédios erguem-se construções de diversos formatos e tamanhos que acompanham os desníveis do terreno e as irregulares formas dos quarteirões. Conectando e atravessando as construções e os espaços por elas delimitados, várias passagens, escadas e os próprios corredores das galerias contribuem para dar um tom particular ao centro da cidade. Mas se alguma coisa contribui para dar o tom de grande bazar, que alguns observadores têm apontado como característica de Ciudad del Este, essa coisa é a infra-estrutura que ocupa as calçadas de forma permanente (caixas metálicas e quiosques) e de forma temporária (mesas de madeira e exibidores).

No Paraguai, *mesitero* é aquele vendedor de rua que trabalha localizado num lugar específico. A denominação deriva do lugar onde coloca suas mercadorias para vender, sua *mesita* -pequena mesa desmontável feita em madeira. Durante 2001, mais de 2000 *mesiteros* trabalhavam nas ruas do microcentro de Ciudad del Este¹¹.

¹⁰ O retrato daquela área como um espaço que condensa todos os males, desde o tráfico de drogas, armas, pirataria, lavagem de dinheiro e de produtos roubados até a presença terrorista islâmica e das máfias chinesas, consolidou-se na segunda metade dos 90's articulando-se na denominação de Tríplice Fronteira. Uma análise do processo de consolidação desse retrato e as formas de questionamento local estão em Rabossi, 2002.

¹¹ Segundo um censo realizado em 1998 pela *Federación de Trabajadores de la Vía Pública* –a qual chegou agrupar 17 associações de vendedores de rua- havia uns 6000 *mesiteros* trabalhando no centro da cidade durante esse ano. Alguns dirigentes falavam de 3000 *mesiteros* trabalhando em 2001, outros davam a cifra mais conservadora de 2000 que mencionei no texto. Os dados do departamento municipal encarregado da fiscalização e da cobrança da taxa que os *mesiteros* deviam pagar para poder ocupar o espaço da rua confirmava de forma aproximada ambas cifras, diferenciando-as a partir da intensidade semanal do trabalho: 3000 *mesiteros* os “días de auge” – quartas e sábados- e uns 1500 os dias comuns.

A redução do número de *mesiteros* é paralela à redução da atividade comercial em geral. O número de comércios abertos no centro da cidade passou de mais de 6000 em 1995 para 1750 em 2001.

Na verdade, contudo, muitos *mesiteros* tinham deixado de trabalhar em *mesitas* e instalaram estruturas fixas na rua, as *cajas*: caixas metálicas cravadas na rua onde guardam a mercadoria durante a noite e utilizam-na como suporte para exibição durante o dia. Além dos *mesiteros*, centenas de ambulantes andam circulando pelas ruas e, junto as *mesitas* e *cajas*, também estavam instaladas nas ruas do centro mais de 500 *casillas* -quiosques metálicos - instalados nas calçadas que permitem a atenção desde seu interior.

À diferença de um local que pode ser fechado durante horário não comercial, os *mesiteros* tem que montar e desmontar o posto de vendas diariamente. No início do dia isso implica retirar as mercadorias de suas embalagens ou das caixas onde são guardadas e colocá-las em exibição. Nos locais onde não têm proteção, colocar um toldo para protege-se do sol ou da chuva. No final do dia, implica limpar as mercadorias, guardá-las e desarmar os postos de vendas. Observando em detalhe esse cotidiano emerge uma das características definidoras do comércio de rua: a necessidade de produzir diariamente um espaço onde as vendas possam ser realizadas.¹²

¹² No caso dos ambulantes, além de ter que preparar o suporte material no qual carregam suas mercadorias, a produção do espaço das vendas se faz na circulação e na promoção ativa das mercadorias que, no caso de Ciudad del Este assume uma forma incisiva e personalizada. Os ambulantes que trabalham com turistas, geralmente carregam as suas mercadorias em bolsos. Aqueles que trabalham com cestas, caixas ou carrinhos geralmente estão orientados aos que trabalham no próprio mercado, vendendo alimentos, guloseimas ou cigarros.

¹³ “A primeira concorrência às feiras (mas a troca tira proveito disso) foi a das lojas. Células restritas, inumeráveis, são outro instrumento elementar da troca. Análogo e diferente, pois a feira é descontínua ao passo que a loja funciona quase constantemente. Pelo menos em princípio, pois a regra, se é que existe regra, é bem sortida de exceções.” (Braudel, [1979]:45) Como espaços comerciais permanentes, as lojas se desenvolvem nas cidades; desenvolvimento que não é exclusivo das cidades européias nem da modernidade.

Fundamental quando falamos de espacialização das trocas, o trabalho de produção do espaço de vendas é um elemento constitutivo do comércio de rua assim como das feiras e dos mercados em espaços públicos e que as diferencia das vendas baseadas em espaços fechados como as lojas.¹³ Elemento comum que, no meu ponto de vista, está na percepção do comércio de rua como uma forma pré-moderna cuja persistente existência é um fato a ser explicado. Algo que está mais vinculado a valores sobre o que deve ser a cidade que a sucessões históricas irreversíveis. Como assinalara o historiador Fernand Braudel faz tempo atrás, “Não há, portanto, história simples e linear do desenvolvimento dos mercados. Nesse ponto, o tradicional, o arcaico, o moderno, o moderníssimo estão lado a lado. Ainda hoje. É certo que é fácil

conseguir reunir imagens significativas, mas não é fácil, mesmo no que se refere à Europa, caso privilegiado, situá-las com exatidão relativamente umas às outras” (Braudel, [1979]:12).

Comparado com a loja, o comércio de rua –assim como as feiras– tem uma descontinuidade que se expressa na produção periódica do espaço de vendas e que deriva do caráter público (em termos de uso, em princípio) do espaço no qual tem lugar.¹⁴ A possibilidade de se estabelecer de forma regular num lugar específico e as diferentes formas em que esse lugar pode ser usado e apropriado varia de acordo com os diferentes arranjos regulatórios entre vendedores e autoridades. Vejamos quais foram esses arranjos no caso particular de Ciudad del Este / Puerto Presidente Stroessner.

A possibilidade da rua

Em Puerto Presidente Stroessner, a presença dos vendedores de rua foi um desafio às autoridades que administravam e cuidavam da cidade que tinha o nome de quem mandava no país. Depois da inauguração da ponte e com a aparição na sua saída de lojas destinadas aos visitantes que chegavam do outro lado, também os vendedores ambulantes começaram a vender nessa área. Alguns deles já vendiam na cidade artigos artesanais do Paraguai e artigos importados na área próxima ao porto por onde se realizavam as passagens entre Brasil e Paraguai, ou mesmo em embarcações no rio. A eles somaram-se ambulantes da capital que, apostando nas possibilidades que a nova ponte traria para o comércio, começaram a vender lá. Porém, trabalhar como ambulante não era fácil, eram perseguidos pela polícia, golpeados e tinham suas mercadorias apreendidas. Nessas épocas, carregavam as mercadorias em caixas e as ofereciam aos passageiros de automóveis e ônibus que chegavam na cidade assim como aos transeuntes que percorriam o pequeno centro que começava a se for-

¹⁴ Em Ciudad del Este as ruas são consideradas como espaço público tanto por *mesiteros* quanto por fiscais municipais; contudo, o significado desse conceito não é obvio. Conversando com *mesiteros* sobre o seu estar na rua, vários sublinharam o fato de ‘o público’ ser ‘de todos’ entre os quais também estavam eles. Já no caso dos fiscais municipais, ‘o público’ aparecia geralmente associado à instituição sindicada como proprietária e responsável da rua: ‘a municipalidade’. Estas concepções do público articulam diferentes tipos de demandas sobre o espaço, definindo distintos sujeitos de ação. No caso do *público de todos*, a apropriação do espaço decorre do direito que têm os *mesiteros* sobre algo que também lhes pertence. No caso do *público municipal*, é a prefeitura o sujeito ativo que entrega o espaço em usufruto aos *mesiteros*. Tal como estas concepções e suas implicâncias mostram, os elementos que compõem as relações de propriedade na rua definem uma teia de demandas e relações mais complexa que aquilo que aparece definido em posturas e leis. Para uma discussão atualizada sobre as relações de propriedade desde uma perspectiva antropológica, ver Hann, 1998.

¹⁵ Tal como hoje fazem coreanos e chineses nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo o Buenos Aires; oferecendo nas suas caixas diversos objetos importados.

¹⁶ O dono (paraguaio) de uma importante casa comercial foi uma grande ajuda assim como um incorporador dos vendedores na dinâmica social da cidade através do futebol e outros eventos sociais aos quais eram convidados. Outros comerciantes também são lembrados como grandes amigos dos *mesiteros*, particularmente um dos primeiros chineses a se instalar lá e um libanês que abriu uma importante loja nos finais dos anos 60's .

O mesmo tipo de ajuda por parte de comerciantes e vizinhos é descrita em outras situações similares (por exemplo, na cidade de México, Cross, 1998:107). O tipo de relações e práticas dos distintos comerciantes da cidade não pode ser derivado da estrutura de interesses que *a priori* os caracterizaria. Não nego com isto a existência de distintos interesses e o papel que eles têm –junto aos distintos recursos– na estruturação das relações de poder e nos resultados que imprimem na dinâmica da cidade. Porém, deles não se derivam a forma e a variedade das relações possíveis, pelo qual devemos prestar maior atenção aos diversos contextos políticos e históricos em que as interações entre vendedores sucedem, as áreas da cidade envolvidas, as formas de vendas e inclusive os tipos de produtos vendidos. Algo que também nos permite entender as contraditórias interpretações do comércio de rua pelos comerciantes de lojas (por exemplo, sobre as distintas interpretações sobre o comércio de rua pelos comerciantes de Halsted Street, no famoso Maxwell Street Market de Chicago, ver Eastwood, 1995:3). Comentário, aliás, nada novo. Já em 1813, o chefe da polícia de Paris falando a respeito das dificuldades para expulsar os vendedores que se instalavam nas ruas - os quais eram considerados como um dos grandes problemas para os comerciantes estabelecidos- dizia, “Vivemos expulsando os tendeiros de um lado para outro e eles vivem voltando [...] servindo-lhes o seu grande número de salvação. Como prender tamanha quantidade de indivíduos?” E assim continuava, “Talvez esse comércio irregular não seja tão desfavorável aos comerciantes estabelecidos como se supõe, pois quase todas as mercadorias assim expostas são vendidas por eles aos tendeiros que, quase sempre, não passam mesmo de seus comissionários...” (citado em Braudel, [1979]: 62-3).

mar.¹⁵ Se a polícia chegava, escondiam-se nas lojas ‘amigas’ até que a rua ficasse liberada¹⁶.

Depois de anos de repressão, que não conseguiram afastar os vendedores da rua, as autoridades aceitaram a presença deles. Como parte do processo de negociação -e consolidadas no processo- surgiram duas associações: *Lenteros* (que vendiam ‘lentes de sol’-óculos de sol- além de outros produtos industrializados) e *Típicos* (que vendiam produtos artesanais do Paraguai). As mesmas foram incorporadas na central trabalhista –vinculada ao governo- e uma série de regras foram estipuladas para as vendas na rua. Para os *lenteros* era proibido vender os produtos dos *típicos* e vice-versa. Foi estabelecido um piso mínimo de lucro: era proibido vender abaixo de 40% de lucro sobre o custo da mercadoria senão a lógica da competição acarretaria a redução dos ganhos. Por outro lado, era proibido às associações ampliar o número de membros habilitados a terem um posto de vendas na rua, estando o número limitado a 54 *típicos* e 54 *lenteros*.

Se a autorização para ter um posto ficou restrita a esses 108 vendedores, nada se estipulou sobre a possibilidade de ter empregados. Assim, se a rua ficou fechada para ser ocupada por outros vendedores habilitados, o comércio de rua expandiu-se na mão dos os emprega-

dos que trabalhavam para os *mesiteros* habilitados: os chamados *secretários*.

Os *sindicatos* –tal como são chamadas as associações– garantiram o cumprimento de todas essas regras passando a ser, junto às autoridades, os controladores efetivos de que o espaço da rua ficasse ocupado só por eles. Em 1978 o prefeito da cidade ofereceu-lhes espaços para se instalarem nos passeios públicos que acompanhavam a rodovia que chegava à ponte. Cada vendedor tinha que construir seu pequeno local. Reticentes no início e entusiasmados depois, *lenteros* e *típicos* se instalaram lá liberando a rua. Porém, na década de 80, acordos alternativos envolvendo outras autoridades e novas pessoas que queriam vender na rua reabriram-na para novos vendedores. Novas associações surgiram e em 1986 aprovou-se a postura municipal regulando o trabalho de vendas na rua (as condições de elegibilidade, as taxas a serem pagas, os cuidados e os procedimentos a serem seguidos).

Se a finalização da barragem de Itaipu tinha deixado milhares de pessoas à procura de trabalho, o crescimento exponencial do comércio que se produz nos 80 constituiu-se na dinâmica em que se inseriram muitos deles e quase todos os que continuaram chegando na cidade. As atividades eram muitas: empregados de comércio ou vendedores de rua, taxistas, carregadores, cambistas ou *paseros* (paraguaios que trabalham ingressando mercadorias do Brasil). Outras atividades se expandiram enormemente como os trabalhos na construção de galerias, *shoppings*, lojas e prédios. Também emergiram novas categorias como *combistas* (quem dirige uma *combi* –van–),¹⁷ mototaxistas e *laranjas* (brasileiros que trabalham ingressando mercadorias no Brasil para os compradores que os contratam para retornar com mais mercadoria além da permitida)¹⁸.

Esse foi o contexto da grande expansão das vendas de rua em Ciudad del Este. O número de *mesiteros* se expandiu, assim como as associações que passaram a regular a distribuição de espaços. Conseguiu-se permissão para estabe-

¹⁷ Os *combistas* constituem o denominado *Transporte Alternativo* que trabalha exclusivamente com a passagem de compradores que retornam ao Brasil com as suas mercadorias.

¹⁸ Praticamente, os *laranjas* trabalham como carregadores, mas a natureza da figura do *laranja* no comércio fronteiriço se revela em dois elementos. Em primeiro lugar, no fato de serem brasileiros. Em segundo lugar, no fato de ter problemas para serem contratados se cadastrados pela Receita Federal como tendo utilizado o seu direito mensal de ingressar US\$ 150 em mercadorias de uso pessoal. Estes dois elementos permitem dizer que o que o *laranja* vende como serviço é o seu direito em quanto cidadão brasileiro de ingressar no seu país com a quantia de bagagem pessoal estabelecida na lei.

¹⁹ Com a queda do governo de Stroessner em 1989, um terreno pertencente ao ex-presidente e outro a seu secretário privado (localizados num lugar privilegiado na saída da ponte) foram expropriados com a intenção de realocar os *mesiteros*, projeto que depois de muitas idas e voltas se encaminhou, se licitou, se estabeleceram as fundações mais a obra foi barrada na justiça. História longa que permite entrever as múltiplas dimensões e atores que atravessam as possibilidades e as transformações do estar na rua.

²⁰ Esse 'efeito associativo' aparece nas análises sobre vendedores de rua em outras partes do mundo revelando questões estruturais mais profundas que simples desenvolvimentos locais. Questões que falam a respeito das formas de produção e gestão social no marco de estruturas estatais tais como a articulação de interesses e a produção de coletivos. Assim, ocorre sob distintos tipos de governo –autoritários ou democráticos– e sob o auspício de distinto tipo de políticas; 'populistas' ou 'desenvolvimentistas' como no caso de México DF (Cross, 1998) ou 'neoliberais' como no caso de Bridgetown - Barbados (Cutsinger, 2000). Baseado numa pesquisa histórica e etnográfica do comércio de rua na cidade de México, o trabalho de John Cross analisa os vendedores de rua como atores políticos, iluminando as formas de articulação e resistência frente ao estado. Se em muitos casos as associações emergem como a expressão dos interesses dos vendedores em contextos repressivos (Cross, 1998:147), a análise de longa duração permite perceber quanto o desenvolvimento associativo está vinculado à articulação com o Estado. (idem, Capítulo 5). Nas suas palavras, "Clearly, the state is intimately involved in the structuring of street vendors interests, not only through the creation and enforcement of regulatory norms, but also in the political process by which it foments the creation of street vendor organizations in order to encourage loyalty to the PRI [o partido de governo], the regime or the particular interests of specific officials." (Cross, 1998:249). Salvando distancias e trocando o nome de atores e partido político, a descrição ajusta-se ao processo observado em Ciudad del Este.

lecer estruturas permanentes na rua e implementaram-se novas regulamentações e arranjos para estar nela.¹⁹. Apesar de todas estas possibilidades realizadas e sancionadas, a rua não é precisamente o espaço da estabilidade. Por um lado, entre os *mesiteros* existe uma sensação de precariedade aparentemente contraditória com o fato de estarem reconhecidos e 'legalizados'. Por outro lado, quase todas as ações realizadas sempre podem encontrar problemas pelo fato de serem realizadas em desacordo com o que está estabelecido no regulamento. Não tanto por uma vocação pela irregularidade senão pelo fato de ser o jeito regular de fazer. Talvez, o único jeito de fazer. Algo que nos leva a considerar as condições de realização das legitimações e regulamentações.

Regulamentações e disjunções

A produção de associações decorrentes dos processos de reconhecimento e negociação de novas categorias laborais foi uma constante nos processos de legitimação de todas as categorias emergentes em Ciudad del Este, sejam *cambistas*, *mesiteros*, *combistas*, *mototaxistas*, *paseros* ou ambulantes.²⁰ A aceitação e regulação de cada categoria supôs a formação de associações que passaram a representá-la frente às autoridades, ocupando um papel fundamental na regulamentação do trabalho e, posterior-

mente, na regulação concreta do funcionamento do trabalho - algo que não necessariamente deriva da regulamentação formal.²¹

Após a insistência e a luta dos primeiros vendedores, o comércio de rua foi aceito pelas autoridades e as possibilidades de vender nela estiveram vinculadas aos diversos arranjos que foram emergindo. Isso não significa, porém, que aquilo que se faz na rua corresponde àquilo que está estabelecido nos regulamentos municipais. De fato, nada acontece como estabelecem os regulamentos: nem a concessão dos espaços, nem o tempo de concessão, menos ainda os procedimentos para realizar melhorias no espaço de vendas. De fato, o trabalho dos empregados municipais encarregados de fiscalizar o centro se limita quase exclusivamente à cobrança da taxa diária paga pelos *mesiteros* por ocupar 'bens do domínio público municipal'.

Uma série de disjunções permitem compreender esse estado de coisas e talvez nos forneçam ferramentas para compreender algumas dinâmicas recorrentes nos conflitos presentes em outras cidades. A primeira disjunção é entre indivíduo e associado: o sujeito elegível no regulamento para vender na rua é um indivíduo particular. Não existe menção no regulamento às associações. Porém, para ocupar um lugar na rua, o indivíduo deve estar filiado à associação que toma conta de um lugar ou que pode conseguir a habilitação para fazê-lo. Esta disjunção entre o indivíduo do regulamento e o pertencimento coletivo exigido na prática assenta-se numa segunda disjunção que é temporal. O regulamento se constitui em ato de fundação que inaugura o reconhecimento e a regulamentação de um novo tipo de trabalho. Com a sua sanção, o tempo começa a ser contado de zero. O tempo zero da sanção é o tempo do indivíduo que aparece no regulamento porém, no tempo histórico, a associação já instituiu o processo de reconhecimento (aqueles elegíveis a terem permissão da prefeitura são aqueles associados ao coletivo que os representa) e o processo de distribuição dos espaços (os associados são os que se localizaram nos espaços permitidos). Todos esses processos que aconteceram antes do regulamento entrar em vigência - repressão, aceitação, associação, acordos para a regulamentação - são precisamente as marcas de um mundo constituído que estabelecem as condições para a terceira disjunção: aquela entre regulamento e práticas.

O regulamento é o marco histórico e institucional de aceitação do

²¹ Sobre o processo de legitimação e regulação do trabalho de mototaxista em Ciudad del Este e Foz do Iguazu e os conflitos decorrentes do funcionamento em espaços sujeitos a diferentes ordens legais e administrativos, ver Rabossi, 2003.

trabalho mas não o marco de regulamentação da atividade, o qual é resultado dos processos anteriores ajustados a alguns elementos específicos do regulamento (a quantia e a forma de coleta das taxas, por exemplo). Isto instaura um estado de coisas particular: vender na rua é permitido e sua prática está regulamentada, porém o que acontece não está de acordo com o estabelecido pelo regulamento. Algo que perpetua a possibilidade de ter problemas (um fiscal ou um funcionário que assina a irregularidade da ocupação ou a inadequação de certas reformas); problemas que só podem ser contornados a partir da ação. Neste sentido, a instabilidade constitutiva dos marcos que estabelecem como devem ser realizadas as coisas é contraposta por uma *política de fato* que produz efeitos por fora das regulamentações (como a ocupação por anos do mesmo lugar, a instalação de *cajas* e *casillas*, seu aluguel ou venda, a ocupação da rua propriamente dita, etc) mas cuja condição é a reprodução da precariedade. Sistema de indefinições que exige intervenções e tolerâncias e que deixa uma brecha sempre aberta: o espaço sempre possível da arbitrariedade.

Esta *política de fato* não deve ser pensada como oposta a um *atuar de direito* senão como uma forma particular de entrelaçamento de regras, indefinições e práticas. Se através dela se realiza a possibilidade de ocupar a rua e trabalhar nela, também através dela se reproduzem as condições de precariedade denunciadas pelos próprios *mesiteros*. Antes de serem ilegais, as ações dos *mesiteros* são o resultado das próprias condições de produção e realização da legalidade.

A dinâmica concreta do comércio na rua teve suas altas e baixas que transcendem as possibilidades concretas de instalar-se nelas e se vinculam à dinâmica comercial da cidade. Para entender o ritmo concreto das vendas na rua é preciso colocar os *mesiteros* no contexto mais amplo das vendas e no quadro geral das compras. Isto é, reintroduzi-los no mercado e reintroduzir o mercado na cidade. Algo que, no caso de Ciudad del Este, significa defronta-se com a fronteira, tanto pelo comprador como pelo motivo que o leva até lá.

Um mundo de vendas para ‘turistas’

Se as tecnologias de vendas foram mudando com o tempo, Ciudad del Este parece condensar todas elas. Junto ao universo de vendas na rua que apresentei até agora estão também as lojas, as galerias, os ‘shopping centers’, os ‘autoservices’ e os

'sites' de vendas de Internet.²² À proliferação das formas, somam-se outras diferenças em termos de comercialização. Existem os que trazem as coisas e vendem por atacado (importadores e representantes exclusivos de alguma marca) e aqueles que vendem diretamente ao público. Aí, reencontramos os *mesiteros* que, ao lado dos comerciantes de loja, foram em determinado momento o elo entre o importador e o comprador.²³

Até metade dos anos 80 quem comprava na cidade era majoritariamente o turista de passeio na região ou aquele que chegava especialmente para comprar artigos importados em pequenas proporções. O fluxo de mercadorias importadas para vendas no mercado interno brasileiro estava controlado por grandes esquemas de contrabando, muitos realizados em transporte aéreo.²⁴ Mas aos poucos, começaram a aparecer outros *turistas*. Não os *turistas-turistas* -como, as vezes, são chamados os primeiros em Ciudad del Este- senão os *compristas*, i.e. aqueles que chegam na cidade para prover-se de mercadorias que revenderão nas suas cidades de origem. Os chamados *sacoleiros* no Brasil.

Ciudad del Este passou a ser um lugar de compras para milhares de compradores que, a partir da segunda metade da década de 80, começaram ganhar a sua vida através da compra-venda das mercadorias lá oferecidas. Os números envolvidos são enormes e os pontos conectados por esse movimento é uma malha que se estende por quase todo Brasil.²⁵

²² Alguns autores entre tantos outros para introduzir-nos nessas formas. Sobre a dinâmica das feiras na Idade Média, ver Braudel [1979]:15 e ss. Sobre a dinâmica das feiras no nordeste brasileiro, ver Palmeira, 1971 e Garcia, 1977 e 1984. Sobre os comércios que ganham o espaço das feiras nas cidades da Idade Média, ver Braudel [1979]:45 e ss. Sobre o lugar das galerias na cidade moderna, ver Hetherington, 1997. Sobre a emergência das grandes tendas (supermercados), ver Miller, 1981. Sobre os shopping centers enquanto tecnologia de vendas, ver Harvard Project on the City, 2001:124-183. Para uma discussão mais geral sobre o lugar dos shopping centers na dinâmica da cidade, ver Rybczynski, [1995]: capítulo 9.

²³ No caso dos produtos artesanais paraguaios, os *mesiteros* e algumas lojas foram o elo entre os compradores que chegavam à cidade e os produtores localizados em diversos pontos do Paraguai.

²⁴ Pelo menos até finais dos 80, inclusive, para o comprador particular funcionavam diversos esquemas de entrega no Brasil, especialmente de produtos como vídeo cassetes e filmadoras.

²⁵ O controle realizado na Ponte da Amizade é aleatório sobre uma porcentagem limitada de pessoas que atravessam. Por este e outros motivos é difícil falar de cifras concretas. Contudo, autoridades da prefeitura de Foz do Iguaçu têm elaborado um quadro comparativo entre visitantes à cidade distinguindo para isso a quantidade de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu ('verdadeiros turistas') e o número de pessoas que chegaram à cidade de ônibus, carro ou avião durante o ano. A estabilidade de visitantes às Cataratas do Iguaçu e o decréscimo de visitantes na cidade paralelo ao decréscimo da atividade comercial em Ciudad del Este permite inferir que grande parte dessa cifra corresponde a *compristas* ou *sacoleiros*.

	Foz do Iguaçu	Parque Nacional
1994	4.200.000	970.000
1995	4.300.000	885.000
1996	3.000.000	830.000
1997	2.500.000	734.617
1998	2.000.000	726.667
1999	1.800.000	843.275

Tabela 1 - Evolução do número de visitantes na cidade de Foz do Iguaçu e no Parque Nacional do Iguaçu 1994 / 1999 (SGOV-DPII, 2000).

Não devemos pensar, contudo, que a diferença corresponde ao número efetivo de pessoas individuais que chegaram até a fronteira para fazer compras. Por exemplo, assumindo que em 1994 as 3.200.000 pessoas que chegaram à cidade e não foram às cataratas tenham sido compradores, para ter o número efetivo de pessoas devemos levar em conta que a maioria viaja várias vezes ao mês para comprar lá (no tempo de auge como em 1994, inclusive duas vezes por semana). Supondo que os *compristas* viajassem uma vez por semana, o número de pessoas dedicadas à compra de mercadorias na fronteira seria de 61.538 durante 1994. Algo que não está longe das cifras apresentadas na mídia pela Receita Federal em 1994, que falavam de 50.000 pessoas durante os dias de auge –sábados e quartas- e 20.000 pessoas nos outros dias da semana (Folha de São Paulo, 1994).

²⁶ Nos trabalhos sobre camelôs no Brasil, Paraguai (Ciudad del Este) aparece como o um dos pontos privilegiados de provisão de mercadorias. Sobre Campinas, ver Braz 2002. Seguindo essa conexão com os camelôs de Porto Alegre, ver Machado, 2003.

²⁷ As viagens que fiz entre Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu (dez em total) e o tempo de campo lá me permitiram ver que a variedade de compradores que chega em Ciudad del Este é muito grande e inclui comerciantes de cidades do interior com lojas especializadas, provedores dos camelôs ou os próprios camelôs das grandes cidades, comerciantes de bairros populares com lojas ou vendedores de rua, comerciantes particulares que levantam pedidos de clientelas próprias e provedores de comércios especializados que provêem produtos para lojas de todas as categorias.

Os camelôs e as 'feiras paraguaias' das cidades brasileiras são as imagens mais associadas com esse comércio.²⁶ Contudo, esse comércio não esteve restrito aos circuitos de trocas dos setores populares, sendo – ainda durante meu trabalho de campo até fins de 2001 – o lugar de provisão de certos produtos específicos que se distribuem nas mais amplas gamas de comércios e circuitos de consumo – computação, telefonia celular, perfumaria e cosmética ou bebidas, entre outros.²⁷

A presença massiva de compradores significou um momento de oportunidades para comerciantes e *mesiteros*. O *mesitero* que hoje espera por clientes ao lado de sua mercadoria nem sempre esperou. No momento da grande expansão do comércio, eles recebiam as encomendas dos *sacoleiros*, os quais não tinham acesso direto aos importadores nem conheciam a localização de ofertas e oportunidades. Se aceitarmos com Clifford Geertz que o problema da informação é o elemento chave do bazar – procurar, achar, confiar e guardar a informação –, o tempo bazar de Ciudad del Este foi o tempo dessa intermediação feita tanto pelos *mesiteros* como pelos

comerciantes com loja ou sem loja: conhecedores das ofertas e das localizações dos produtos.²⁸

Esse tempo bazar durou o suficiente para se fazerem grandes e pequenas fortunas ou pelo menos para se capitalizar. Porém, foi um tempo historicamente curto que chegou até metade dos anos 90. Entre muitos *mesiteros* que ainda hoje continuam trabalhando nas ruas foi o tempo da compra da casa ou do terreno para fazê-la, da compra da *casilla* ou a instalação da *caja*,²⁹ do dinheiro que fluía para as famílias nos seus lugares de procedência no interior. Muitos deixaram a rua e instalaram as suas lojas ou oficinas de diversas atividades em outras partes da cidade ou mesmo em outras cidades. Quando o movimento começou a enfraquecer na segunda metade da década dos 90, muitos comerciantes de diversas origens seguiram para outros lugares tais como São Paulo e outras cidades brasileiras, alguns destinos específicos dentro da América Latina ou, se possível, os Estados Unidos.

Mas antes disso, as coisas tinham mudado da mão de novos comerciantes (chineses especialmente), novos produtos e reduzidas margens de lucro no contexto da massificação das vendas. Os importadores começaram vender diretamente aos grandes e medianos compradores. A imensa expansão do comércio também impôs uma lógica de competição que foi desenvolvendo-se paralelamente à especialização dos *compristas*, muitos dos quais passaram a ser clientes regulares de comer-

²⁸ "The search for information - laborious, uncertain, complex, and irregular- is the central experience of life in the bazaar, an enfolding reality its institutions at once create and respond to. Virtually every aspect of the bazaar economy reflects the fact that the primary problem facing the farmer, artisan, merchant, or consumer is not balancing options but finding out where they are." (Geertz, 1979:125).

A caracterização de Appadurai, inspirado em Geertz, sobre "Bazaar-style information searches" bem se aplica nesta fase de Ciudad del Este. As buscas de informação de tipo bazar caracterizariam qualquer espaço de trocas onde a qualidade e a valorização dos produtos não está estandardizada, seja porque a qualidade ou quantidade dos produtos varia enormemente ou pela volatilidade dos preços (Appadurai, 1986:43).

Antes que um tipo de economia particular, as peculiaridades e os insights que emergem da etnografia do *suq* de Sefrou poderiam ser pensados como uma forma particular de articulação dos mercados. Para uma discussão instigante e relativamente atualizada destas questões, ver Alexander & Alexander, 1991. Não estou muito convencido do rendimento de considerar o bazar como um tipo particular de economia, pelo menos na formulação de Geertz. Considerando as economias que estão ao lado da economia de bazar -a economia primitiva e a economia industrial (idem, 124)- e a própria definição do autor da economia de bazar como economia dos mercados camponeses (Geertz, 1978:28), o quadro não aparece muito consistente ou a especificidade do bazar se dilui como ponto intermediário entre tradicional / moderno ou entre rural / urbano.

Para uma crítica de Geertz e do mundo do bazar desde uma visão bastante parcial, ver Fansellow, 1990.

²⁹ Aqueles de êxito chegaram a ter muitas *casillas*, *cajas* ou *mesitas* alugando-as ou tendo empregados que as trabalhavam.

cientes e *mesiteros*. Uma nova figura também começou a aparecer disputando, em alguns casos, esse espaço de intermediação: os *laranjas*.³⁰

Contudo, o símbolo para quase todos os *mesiteros* da sua própria decadência vai chegar na metade dos anos 90 quando se abriram os primeiros 'autoservices'. Os 'autoservices' são supermercados de produtos onde o comprador passa com seu carrinho, escolhe e pega os produtos por si mesmo. A mercadoria é exposta em prateleiras e os preços são públicos. A aparição e expansão dos 'autoservices' supôs a massificação das vendas de determinados produtos associada à figura do sacoleiro.³¹ Assim, brinquedos, ferramentas, pequenos eletrônicos, produtos de cozinha e banho, pilhas, fita cassetes, artigos de escritório, isqueiro e adornos, entre outros produtos, passaram ser encontrados com preços públicos, muitas vezes em oferta e sem a necessidade de intermediação.³²

Além das causas gerais apontadas para explicar a queda das vendas (o preço do dólar e abertura às importações no Brasil), o elemento imediato assinalado por muitos *mesiteros* como responsável pelo declínio de seu trabalho era a aparição dos *autoservices*. Junto com eles, particularmente entre os *mesiteros* mais antigos, a chegada dos sacoleiros e a expansão dos chineses (e com eles – dizem as explicações– a expansão de uma produção de baixa qualidade; sem marca, de marca desconhecida ou copiada) também eram apontados como os elementos responsáveis pelo declínio comercial da cidade. De fato esses três elementos –que efetivamente se condensam numa forma de venda particular, os *autoservices*– refletem as mudanças operadas no comércio de Ciudad del Este na década de 80, nas quais convergiram transformações nos compradores, nos produtos oferecidos, nos comerciantes e nos circuitos comerciais que lá se entrecruzam.

³⁰ Ontem como hoje, muitos *laranjas* se dedicam exclusivamente a levar a mercadoria comprada pelo patrão. Mas também estão aqueles que sabem das ofertas e conhecem as oportunidades.

³¹ Adequação de uma oferta massiva para um público massivo sim, porém o truísmo da adequação entre oferta e demanda não explica a brecha temporal que existe entre a aparição massiva de compristas e a forma *autoservice*. De fato, essa brecha é compreensível a partir de outros elementos fundamentais na estruturação do mercado de Ciudad del Este tais como os acordos entre importadores e comerciantes, a articulação entre esquemas de importação, de comercialização e 'exportação' ou 'contrabando' e os tempos políticos nos quais esses acordos funcionaram. Questões que excedem este trabalho.

³² Se bem tudo poderia ser vendido dessa forma, alguns produtos suportam custos muito elevados de reposição por quebra ou roubo como por exemplo peças de computação, produtos eletrônicos de marca, porcelanas ou relógios.

Para os *mesiteros*, o tempo bazar passou e os *sacoleiros* passaram a operar num mercado -em termos de informação- cada vez mais acessível. De fato durante meu trabalho de campo -intermitentemente entre 1999 e 2001-³³ os *sacoleiros* eram vistos pelos *mesiteros* como sabendo mais que eles sobre ofertas e produtos. Isto não significa que quem chega à cidade saiba onde estão as oportunidades: ainda hoje os turistas as procuram sem saber se as acharão. No final das contas, o emaranhado do centro de Ciudad del Este -a sua densidade e seu caráter sobrecarregado- continua sendo com o que se encontra quem chega lá.

Apresentar as formas das passagens ou a dinâmica e os perigos das viagens exigiriam outro trabalho, porém é importante sublinhar um elemento que nos permite conectar o comércio de rua e o comércio de fronteira em termos de espacialização das trocas. Respeitando o limite imposto pela lei brasileira para ingressar com mercadorias do exterior -seja fazendo várias passagens que não excedam essa quantia ou fazendo a passagem com *laranjas* contratados para passar com eles-, os *sacoleiros* adequam-se à lei para contorná-la.³⁴ Esse entrelaçamento na ação dos *sacoleiros* entre adequação à lei e descumprimento dela produz a proliferação de uma infra-estrutura de passagens em parte responsável pela enorme movimentação através da ponte.³⁵ Movimentação, por sua vez, que gera uma das principais dificuldades enfrentadas pelos órgãos de fiscalização para implementar um controle efetivo.

Assim, combinadas de um outro jeito e envolvendo outros referenciais, encontramos-nos outra vez com o entrelaçamento de regras, definições / indefinições e práticas que assinala antes a respeito dos *mesiteros*. Igual a esse caso, aquilo que é feito pelos *compristas* (*sacoleiros*) também não pode ser reduzido ao oposto de um *atuar de direito*.

Dimensões da espacialização das trocas

Apresentei de maneira resumida algumas questões básicas das vendas de rua em Ciudad del Este. Comecei pelo

³³ No total, foram mais de dez meses de trabalho de campo: um mês em 1999, outro mês em 2000 e mais de oito meses em 2001.

³⁴ Ingressando por terra, um cidadão brasileiro pode trazer mercadorias pelo valor de US\$ 150 como bagagem acompanhada (sem obrigação de impostos) em quanto sejam bens de uso pessoal sem fins comerciais. O tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro que regulam o ingresso de viajantes brasileiros ao exterior estão na Instrução Normativa SRF nº 117/98. Ver também a Lei 9532/97.

³⁵ Infra-estrutura que inclui vários sistemas de transporte - táxis, mototáxis, combis e carregadores manuais- além dos diversos esquemas de *laranjas*. Para ter uma idéia da movimentação diária na Ponte da Amizade, a média diária que circulava pela ponte no ano 2001 era de 18.500 veículos e 20.000 pedestres.

trabalho de produção do espaço para as vendas, passei pelos processos que possibilitaram a ocupação do lugar onde esse trabalho é realizado, e terminei apresentando as variações no comércio de rua de acordo com a sua inserção na dinâmica comercial da cidade. Nesse ponto, saímos da rua e entramos em outros espaços de intercâmbios, principalmente nos 'autoservices': lugares onde confluíram e se cristalizaram comercialmente as transformações que vinham operando no comércio de Ciudad del Este a partir do influxo massivo de *compristas* (*sacoleiros*), a oferta massiva de produtos de baixo custo e a presença massiva de comerciantes e produtos do sudeste asiático. Com os *sacoleiros* terminamos de sair de Ciudad del Este e voltamos a encontrar aquilo que tinha aparecido nas vendas na rua: uma articulação particular entre regras e práticas.

Esta dinâmica em torno das regras é fundamental para ingressar em algumas dimensões da espacialização das trocas que tanto o comércio de rua como o comércio de fronteira nos permitem enxergar de forma privilegiada. Se desde o comércio de rua a espacialização das trocas nos remete às condições em que as vendas são possíveis num espaço que não é próprio e no qual –em princípio– a realização de vendas não é permitido, desde o comércio de fronteira ela nos remete às condições em que as compras são possíveis em espaços diferenciais entre os quais –em princípio– a compra de produtos além do estabelecido na lei não é permitido. Pelo que vimos, contudo, a realização efetiva dessas vendas e dessas compras não são meramente ações opostas ao estabelecido pela lei senão que elas são realizadas no interior do sistema definido pela legalidade; seja aproveitando possibilidades e oportunidades ou seja construindo e legitimando a sua realização.

Neste sentido, legal / ilegal não é dicotomia explicativa senão produtiva. Em princípio, legal / ilegal não é a clivagem que permite diferenciar setores da economia ou universos sociais pré-existentes senão o operador no qual se produzem uma série de efeitos. Estabelecem-se oportunidades (lucros maiores comprando do outro lado da fronteira) e possibilidades (ganhar a vida vendendo no espaço público). Através dele as possibilidades se efetivam (se procura o reconhecimento e a regulamentação para trabalhar na rua) e as oportunidades se realizam (se atua de acordo com ela para atravessar a fronteira). Com ele ainda, se justifica o que se faz: tem ilegais mais ilegais nos quais se justificam *sacoleiros* (não estão trazendo drogas ou armas, inclusive a relação de muitos *sacoleiros* com quem traz cigarro –que opera sob

um sistema de taxação e de ingresso diferencial- é de afastamento) e *mesiteros* (não estão roubando, senão trabalhando).³⁶

Mas esta produtividade do legal é menos uma questão onipresente no fazer do comércio de rua e do comércio de fronteira e mais uma qualidade que emerge daquilo que chamamos de econômico e de político. Isto é, antes de ser assunto e preocupação obsessiva de *mesiteros* e *sacoleiros* ou de comerciantes e compradores, esta dimensão das regras está imbricada na possibilidade mesma das vendas -no comércio de rua- ou nas oportunidades das compras -no comércio de fronteira.

Mas, que significa essa imbricação das regras com os intercâmbios nesses espaços? No final das contas, qual é a relação entre espaços, regras e intercâmbios quando falamos do comércio de fronteira ou do comércio de rua? O espaço sempre foi uma variável fundamental na dinâmica das trocas e dos intercâmbios. Basta lembrar as complementaridades que estruturam as trocas em tantos lugares ou as grandes viagens e caravanas em busca de produtos disponíveis ou abundantes em remotas terras.³⁷

Como destino de milhares de compradores, o comércio centrado em Ciudad del Este apresenta elementos característicos da dinâmica das caravanas: deslocamentos (longas viagens), problemas de risco e segurança (roubos e acidentes) e a procura de produtos cuja revenda pode gerar lucros bem maiores pela sua ausência ou seus altos preços no lugar de procedência do comerciante. As razões pelas quais Ciudad del Este tornou-se centro comercial tão destacado se inscreve na lógica descrita por Turgot na *Encyclopédie* faz quase 250 anos para explicar a proliferação das feiras na Europa. Não tanto o resultado 'natural' das forças do mercado -o jogo imanente de ofertas e demandas- e mais a possibilidade de estabelecer uma praça comercial fora de cargas impositivas

³⁶ Esta forma de considerar a lei está inspirada na noção de ilegalismo desenvolvida por Michel Foucault, particularmente em Vigiar e Punir (Foucault, [1975] a.:80ss). Tal como ele mesmo a descreveria em uma entrevista, "...o ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo dispôs espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros enfim, em que as infrações são sancionadas. (...) Ao final de contas, diria que a lei não é feita para impedir tal ou tal tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de torneá-la a própria lei." (Foucault, [1975]b.). Para uma análise da noção de ilegalismo e seu desenvolvimento desde a sua introdução no curso *La société punitive* (1973) ministrado por Foucault no Collège de France, ver Fonseca, 2002:130ss.

³⁷ Ver por exemplo Melliasoux, 1971; Braudel, [1979]; Abu-Lughod, 1989; Chauduri, 1990.

e das ordenanças que regulamentavam os intercâmbios em todas partes. Em suas palavras, “Não é portanto ao andamento natural de um comércio animado pela liberdade que se devem atribuir essas feiras brilhantes onde as produções de uma parte da Europa se reúnem com grandes despesas e que parecem ser o ponto de encontro das nações. O lucro que deve compensar essas despesas exorbitantes não vem da natureza das coisas, mas resulta de privilégios e franquias concedidos ao comércio em certos lugares e em certas épocas, ao passo que ele é onerado em toda parte por taxas e direitos.” (Turgot, 1757).³⁸

Quase a mesma descrição poderíamos escrever hoje sobre Ciudad del Este porém, o modelo em formação na época de Turgot consolidou-se e afirmou-se no formato nacional e estatal à escala mundial produzindo uma estatalidade diferente daquela presente 250 anos atrás. Formatação na qual a produção e a circulação de produtos, a sua troca e seu consumo estão sujeitos a inúmeras regulamentações que constituem aquilo que conhecemos como mercado interno ou mercado nacional, o qual se inscreve espacialmente a partir da delimitação territorial que estabelecem suas fronteiras. Se a lógica comercial e os problemas a serem enfrentados por *sacoleiros* e *caravanzieri* são parecidos, o que tem mudado é o espaço no qual ela se realiza:

totalidades territoriais que delimitam espaços econômicos diferenciais.³⁹

Sociedades capitalistas ou socialistas, desenvolvidas ou subdesenvolvidas, todas elas são totalidades territoriais econômico-legais. Além de ser produzida *com* e *nos* seus mapas e suas bandeiras, sua língua e sua constituição, essa totalidade territorial também é produzida a partir de seus regimes de propriedade e sua moeda; da forma dos seus contratos particulares e dos impostos que taxam determinadas atividades ou produtos. Independentemente da forma assumida na organização da produção e da distribuição, essa espacialidade estatal é matriz dos

³⁸ Do artigo ‘Foires et Marches’ escrito por Turgot para *Encyclopédie*. A tradução citada no texto foi tomada de Braudel, [1979]:75.

³⁹ O caráter disjuntivo, categórico e exaustivo na configuração espacial do estado moderno (Geertz, 1995:21 e Stade, 1998:46ss), permite vislumbrar um tipo de relação particular entre território e estado. Tal como Bhikhu Prakhé o coloca, “The modern conception of private property informs the state’s relation to its territory, and developed in tandem with it.” (Parekh, 1996:31). Essa concepção, por sua vez, é reproduzida na conceptualização do espaço urbano. Tanto na sua imagem como totalidade territorial como na concepção de propriedade que informa sua relação com ela, a cidade contemporânea é pensada cada vez mais a imagem e semelhança dessa estatalidade.

intercâmbios no duplo sentido do termo: como molde e como a articulação de variáveis que o produzem.⁴⁰

Isto permite afirmar algo que pode ser óbvio, mas que merece ser salientado: além de ser espaço geográfico e legal, o território é espaço econômico. Esses aspectos do território não são superposições nem dimensões diferenciais: eles constituem uma simultaneidade estrutural. Algo que pode ser percebido precisamente no comércio fronteiriço onde um ato econômico –de acordo com a dinâmica do mercado- pode ser um crime: contrabando ou descaminho; ou também no comércio de rua, onde um ato de venda também pode ser crime: o uso indevido do espaço público.

Esta simultaneidade estrutural nos fornece elementos para parafrasear de uma outra maneira a relação entre comércio e espaços. Onde o comércio se desenvolve, o espaço é uma variável dos negócios e onde o espaço é produto de sanções legais e intervenções institucionais, os negócios estão imbricados com essas sanções e intervenções em um duplo sentido: são regulados por elas e abrem um campo de possibilidades para quem tome o risco de excursionar além dos limites que essas regulamentações estabelecem. Longe de ser o resultado natural das forças do mercado, o universo das trocas nas sociedades contemporâneas é o produto das intervenções que as possibilitam e as regulam.

⁴⁰ Algo que se vislumbra na distinção de Karl Polanyi entre três tipos de comércio na sua discussão sobre a origem do mercado como sistema econômico organizado a partir da competência: comércio externo (ou de longa distância), comércio local (campo-cidade) e o comércio interno (Polanyi, [1944]:60ss). Distinção cujos problemas classificatórios nos permite visualizar claramente essa espacialidade estatal. Enquanto o comércio externo e o comércio local operam em função de complementaridades geográficas das quais se derivam os lucros que obtém o comerciante, o comércio interno é, de fato, uma re-configuração do espaço antes que outro tipo de comércio. Re-configuração espacial que aparece mais clara no sinônimo que o autor utiliza para se referir ao comércio interno: o comércio nacional (idem, 60).

Bibliografia

Abu-Lughod, Janet L. 1989. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. New York: Oxford University Press.

Alexander, Jennifer & Paul Alexander. 1991. 'What's a Fair Price? Price-Setting and Trading Partnerships in Javanese Markets.' *Man* 26():493-512.

Barakat, Saad el Din. 1999. *Economia de Foz do Iguaçu – PR e balanço das importações clandestinas*. Monografia No. 498, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Paraná. Curitiba.

Braudel, Fernand. [1979] 1996. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*. (Vol.2 – O Jogo das Trocas). São Paulo: Martins Fontes.

Braz, Camilo Albuquerque de. 2002. *Camelôs no Sindicato: etnografia de um conflito no universo do trabalho*. (Monografia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Dpto. de Antropologia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

Chaudhuri, K.N. 1990. *Asia Before Europe: Economy and Civilisation of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cross, John C. 1995. The Great Rip-off: “Commercial Plazas”, Street Vendors and the “System” In Mexico City’s Historical Center. <http://www.openair.org/alerts/rip1.html>. 1998. *Informal Politics: Street Vendors and the State in Mexico City*. Standford (California): Standford University Press.

Cutsinger, Loran E. 2000. ‘Tips of Trade: Street Vendors and the State in Barbados, West Indies.’ *International Journal of sociology and Social Policy*, Vol. 21, Nº 3/4.

DGEEC. 2003. ‘Alto Paraná: Población Total según Distrito. Período 1972-2002.’ *Censo Nacional de Población y Viviendas 2002 – Resultados Preliminares*. Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. Pág. 63. Fernando de la Mora: DGEEC Publicaciones.

Eastwood, Carolyn. 1995. ‘The Demise of an Urban Market: Does It Matter? Who Cares?’ 72nd Annual Meeting of the Central States Anthropological Society. March 1995. <http://www.openair.org/cyjour/demise.html>

Estado de São Paulo. 1969. ‘Brasil e Paraguai de acordo.’ 28 de Março de 1969. Pág. 7.

Fonseca, Márcio Alves da. 2002. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Editora Max Limonad.

Foucault, Michel. [1975]a. 1992. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. . [1975]b. 1994. ‘Des supplices aux cellulles.’ (entrevista com R.P. Droit) *Dits et écrits*, V2. Paris: Gallimard. Pp. 716-720.

Garcia, Marie France. 1977. *O Bacuru: étude de cas de un marché situé dans une usina*. Dissertation de maitrise. PPGAS-UFRJ. Museu Nacional. Rio de Janeiro.

_____. 1984. *Feira e trabalhadores rurais: As feiras do Brejo e do Agreste Paraibano*. Tese de Doutorado. PPGAS-UFRJ. Museu Nacional. Rio de Janeiro.

Geertz, Clifford. 1978. 'The Bazaar Economy: Information and Search in Peasant Marketing.' *The American Economic Review* 68(2):28-32.

_____. 1979. "Suq: the bazaar economy in Sefrou." In Clifford Geertz, Hildred Geertz & Lawrence Rosen *Meaning and order in Moroccan society – Three essays in cultural analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp.123-310.

_____. 1995. *After the Fact: Two Countries, Four Decades, One Anthropologist*. Cambridge, Mass. and London: Harvard University Press.

Fanselow, Frank S. 1990. 'The Bazaar Economy or How Bizarre is the Bazaar Really?' *Man*, 25(2):250-265.

Folha de São Paulo. 1994. "Sacoleiros' enriquecem Paraguai." (José Maschio) *Folha de São Paulo*, 8 dezembro 1994.

Hann, Chris M. 1998. "Introduction: the embeddedness of property." Chris M. Hann (ed.) *Property relations: Renewing the anthropological tradition*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 1-47.

Harvard Project on the City. 2001. 'Shopping' (Tae-Wook Cha, Chuihua Judy Chung, Jutiki Gunter, Daniel Herman, Hiromi Hosoya, Sze Tsung Leong, Kiwa Matsushita, John Mcmorrough, Juan Palop-Casado, Markus Schaefer, Tran Vinh, Srdjan Jovanovich Weiss and Louise Wyman). En *Mutations* (Rem Koolhaas, Harvard Project on the City; Stefano Boeri, Multiplicity; Sanford Kwinter; Nadia Tazi & Hans Ulbricht Obrist). Barcelona: ACTAR. Pp. 124-183.

Hetherington, Kevin. 1997. *The Badlands of Modernity: Heterotopia and Social Ordering*. London: Routledge.

Jardim, Denise Fagundes. 2000. *Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos de produção da etnicidade*. Chui/RS. Tese de Doutorado. UFRJ-PPGAS-Museu Nacional. Rio de Janeiro.

Laino, Domingo. [1977] 1979. *Paraguai – Fronteiras e penetração brasileira*. Coleção Passado & Presente No. 5. São Paulo: Global Editora.

Machado, Rosana Pinheiro. 2003. 'Urban Conflicts: Ethnography of commercial practices of the informal market in the city of Porto Alegre

and on Brazil/Paraguay border.' *V Reunião de Antropologia do Mercosul*. 30 nov a 3 dez de 2003. Florianópolis.

Melliassoux, Claude (ed.). 1971. *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*. Oxford: Oxford University Press.

Menezes, Alfredo da Mota. 1987. *A Herança de Stroessner: Brasil – Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus.

Miller, Michael B. 1981. *The Bon Marché: Bourgeois Culture and the Department Store 1869-1920*. Princeton: Princeton University Press.

Nickson, R. Andrew. 1981. 'Brazilian Colonization of the Eastern Border Region of Paraguay.' *Journal of Latin America Studies* 13(I): 111-131.

Palmeira, Moacir. 1971. 'Feira e mudança econômica.' Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional. Rio de Janeiro.

Parekh, Bhikhu. 1996. 'The Nature of the Modern State.' D.L. Sheth and Ashis Nandy (eds.) *The Multiverse of Democracy*. New Delhi: SAGE Publications. Pp. 27-49.

Polanyi, Karl. [1944] 1975. *The Great Transformation*. New York: Octagon Books.

Rybczynski, Witold. [1995] 1996. *Vida nas cidades – Expectativas urbanas no Novo Mundo*. Rio de Janeiro & São Paulo: Editora Record.

Rabossi, Fernando. 2003. 'Conflicto sobre ruedas: Trabajando sobre el Puente de la Amistad.' *V Reunião de Antropologia do Mercosul*. 30 nov a 3 dez de 2003. Florianópolis.

_____. 2003. 'Notas para outras narrativas sobre os árabes de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.' Seminário Internacional *O Oriente Médio no Brasil, o Brasil no Oriente Médio*. 28 e 29 de Outubro de 2003. Núcleo de Estudos do Oriente Médio, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. 2002. 'Negócios No Limite: Sobre certas formas de ver e fazer na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.' *23ra. Reunião Brasileira de Antropologia*. 16 a 19 de Junho de 2002. Gramado, RS.

Souza, Andréa Rabello de. 2000. *O desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu na década de noventa*. Monografia No. 799, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Paraná. Curitiba.

Sprandel, Márcia A. 1992. *Brasiguayos: Conflito e identidades em fronteiras internacionais*. Dissertação de Mestrado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro.

_____. 2000. "Brasiguayos. Una Identidad de Frontera y sus transformaciones." Em Alejandro Grimson (compilador) *Fronteras, Naciones e Identidades. La periferia como centro*. Buenos Aires: Ciccus.

Stade, Ronald. 1998. *Pacific Passages - World Culture and Local Politics in Guam*. Stockholm. Studies in Social Anthropology (42). Stockholm: Stockholm University.

Fernando Rabossi

PPGAS – Núcleo de Pesquisas em
Cultura e Economia (NUCEC)
Museu Nacional – Universidade
Federal do Rio de Janeiro